

Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 19

JORNAL OPÇÃO - ONLINE - GO - ECONOMIA
ANFIP

Fortuna dos 5 mais ricos do mundo dobra enquanto 5 bilhões fica mais pobre, alerta Oxfam3

DCM - DIÁRIO DO CENTRO DO MUNDO - SP - NOTÍCIAS
ANFIP

Cinco mais ricos do mundo dobram fortuna e 5 bilhões empobrecem, diz Oxfam 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Cinco pessoas mais ricas do mundo ganham US\$ 14 milhões por hora..... 9

PORTAL R7 - NACIONAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo mira R\$ 496 bilhões de grandes devedores para impulsionar arrecadação..... 11

O POPULAR - GO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo discute acordo sobre desoneração..... 12

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Isenção do IPTU: quem tem direito e como solicitar?..... 13

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Teto de juros do consignado cairá para 1,76% ao mês..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Teto do consignado..... 16

DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - DESTAQUE
SEGURIDADE SOCIAL

Queda nos juros..... 17

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência para motorista de app..... 18

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Seguro-desemprego para 2024 terá aumento de 3,71%..... 19

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - CIDADES
SEGURIDADE SOCIAL

Os males da hérnia de disco..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Planalto prioriza busca por receitas em pauta legislativa..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

"A grande questão é fazer a economia global voltar a crescer", diz Trabuco..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dez Estados e o DF decidem elevar a alíquota de ICMS.....	26
PORTAL TERRA - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Saiba qual é a alíquota de ICMS cobrada em cada um dos Estados do País.....	27
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Farmácias e supermercados já estão fazendo reajuste de preço.....	29
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
"O gasto público é hoje uma preocupação de curto prazo no Brasil".....	30
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Índice de commodities cai 12,3% e ajuda inflação.....	32
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
"Brasil é forte candidato a receber fluxo de capital estrangeiro".....	33
JORNAL NH - NOVO HAMBURGO - RS - COMUNIDADE ECONOMIA	
Inflação do País fecha 2023 com alta acumulada de 4,62%.....	36
O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA ECONOMIA	
O que a Seic tem a ver com nosso dia a dia?.....	37

Fortuna dos 5 mais ricos do mundo dobra enquanto 5 bilhões fica mais pobre, alerta Oxfam

Redação

A fortuna dos cinco indivíduos mais ricos do mundo mais do que dobrou, alcançando um crescimento de 114%, desde 2020, revela o recente relatório "Desigualdade S.A." da Oxfam. Este dado contundente surgiu no domingo, 14, coincidindo com o início do Fórum Econômico Mundial, em Davos, Suíça.

As fortunas combinadas desses cinco magnatas saltaram de US\$ 405 bilhões para impressionantes US\$ 869 bilhões, representando um aumento extraordinário de US\$ 14 milhões por hora. O relatório adverte que, mantendo esse ritmo, o planeta testemunhará seu primeiro trilionário em uma década. Uma perspectiva que pode encantar aqueles que celebram a prosperidade alheia, mas a triste realidade é que a erradicação da pobreza está estimada para ocorrer apenas em 229 anos.

A Oxfam destaca que 791 milhões de trabalhadores experimentaram uma queda real em seus salários, abaixo da **inflação**, resultando em uma perda total de US\$ 1,5 trilhão nos últimos dois anos. Isso se traduz em 25 dias de salários perdidos para cada indivíduo.

Quando focamos na concentração de riqueza no Brasil, a Oxfam destaca que quatro dos cinco brasileiros mais ricos viram suas fortunas crescerem em 51% desde 2020. Paralelamente, 129 milhões de brasileiros enfrentaram uma deterioração em suas condições financeiras. A pessoa mais rica no país agora acumula riqueza equivalente a 107 milhões, ultrapassando metade da população.

No âmbito nacional, o relatório ressalta que o 1% mais rico detém 60% dos ativos financeiros do país. Comparativamente, o 1% mais abastado globalmente concentra 43% dos ativos financeiros globais, distribuídos em 47% na Europa, 48% no Oriente Médio e 50% na Ásia. Isso sublinha que a desigualdade no Brasil permanece como uma das piores do mundo.

Kátia Maia, diretora executiva da Oxfam Brasil, destaca: "O Brasil tem na sua agenda de 2024 a oportunidade de corrigir um erro histórico iniciado nos anos 1990: o retorno da taxa sobre lucros e

dividendos, isentos na tributação sobre a pessoa física".

"Segundo dados da Receita, o 1% mais rico do Brasil recebeu R\$ 411,91 bilhões em lucros e dividendos em 2021 com pagamento zero de Imposto de Renda de Pessoa Física. Em comparação, o orçamento federal previsto para o Bolsa Família em 2024 é de cerca de R\$ 170 bilhões, beneficiando 21 milhões de famílias, cerca de 60 milhões de pessoas", diz.

Na avaliação da Oxfam, a concentração de renda na mão de poucos se solidificou enquanto a pobreza global permanece em níveis anteriores à da pandemia de covid-19. De uma maneira geral, os bilionários estão US\$ 3,3 trilhões mais ricos do que em 2020 e sua riqueza cresce três vezes mais rápido do que a taxa de **inflação** no período.

Sete das dez maiores corporações do mundo têm um bilionário como CEO ou como seu principal acionista e valem US\$ 10,2 trilhões, mais do que o Produto Interno Bruto (**PIB**) somado de todos os países da América Latina e da África.

Enquanto a pobreza global avança, as maiores empresas do mundo vão quebrar recordes de lucros em 2023. Juntas, as 148 maiores arrecadaram US\$ 1,8 trilhão em lucros totais nos seis primeiros meses do ano passado, 52% a mais do que média de lucro líquido observada entre 2018 e 2021.

O relatório Desigualdade S. A. aponta que a cada US\$ 100 de lucro obtido por cada uma das 96 maiores empresas do mundo, entre julho de 2022 e junho de 2023, US\$ 82 foram pagos a seus acionistas mais ricos. E que tributar esses lucros inesperados, que excedem em 20% a média dos anos anteriores, em 90% geraria quase US\$ 628 bilhões de dólares para combater a pobreza.

Análise da Oxfam sobre os dados da World Benchmarking Alliance para mais de 1.600 das maiores e mais influentes empresas do mundo mostra que apenas 0,4% delas estão publicamente comprometidas com o pagamento de um salário digno a seus empregados e apoiam o pagamento de salário

dignos em suas cadeias de valor.

E apenas 0,7% delas cumpre plenamente os padrões globais de negociação coletiva com os trabalhadores e que 2,6% dessas empresas divulgam informações sobre a proporção de salários entre mulheres e homens.

A Oxfam defende que a guerra das grandes empresas contra a tributação resultou em redução significativa do imposto sobre elas, um terço do que era praticado nas últimas décadas. A organização aponta que isso ocorreu enquanto as corporações abocanharam partes do setor público, ficando responsáveis por serviços como água, o que causou problemas de acesso a esse direito em várias partes do mundo.

Para interromper o acúmulo desigual de riqueza, a Oxfam recomenda investimento pesado em serviços públicos, regulação de empresas, quebra de monopólios e, claro, **impostos** permanentes sobre riqueza e lucros.

Para a organização, se apenas 10% das empresas dos Estados Unidos fossem propriedade dos trabalhadores, isso duplicaria a parcela de riqueza média da metade mais pobre da população do país, incluindo a das famílias negras.

A Oxfam também defende a quebra de monopólios, a democratização das regras de patentes, legislar sobre salários dignos, limitar os salários dos CEOs e criar novos **impostos** para os super-ricos e empresas, incluindo taxas sobre a riqueza permanente e sobre lucros excessivos. Estima que um imposto sobre a riqueza sobre os milionários e bilionários do mundo poderia gerar US\$ 1,8 trilhão por ano.

A primeira etapa da **Reforma Tributária** aprovada pelo Congresso obriga o governo Lula a apresentar um projeto de mudança no imposto de renda em até 180 dias da promulgação da emenda constitucional. O que pode ajudar a reduzir a desigualdade social ao taxar de forma progressiva os super-ricos.

Super-ricos no Brasil pagam proporcionalmente menos **impostos** que os pobres (via consumo) e a classe média (via renda). Para reduzir a injustiça tributária, uma reforma traria de volta a taxa sobre dividendos recebidos de empresas (abolida no governo Fernando Henrique em 1995) e reajustaria a tabela do Imposto de Renda (há propostas de isentar a maior parte da classe média e criar alíquotas de 30 a 40% para os que ganham muito).

"Não taxar de forma expressiva lucros e dividendos do 1% mais rico do Brasil chega a ser um escárnio. Bilionários e super ricos deveriam ser os primeiros a

dizer: devemos e queremos ser taxados", avalia Kátia Maia, da Oxfam Brasil.

"Eu diria que, mais do que uma oportunidade que a segunda etapa da reforma apresenta para o Brasil, essa é uma agenda obrigatória para quem tem compromisso com o desenvolvimento do país", diz.

O texto da primeira etapa da reforma aprovado pelos deputados e senadores aponta que caso a nova taxa de renda gerar excedentes, eles podem ser usados para reduzir o custo da folha de pagamento e os **tributos** sobre o consumo. Porque é através do imposto pago na compra de produtos que os muito pobres, isentos do imposto de renda, contribuem proporcionalmente bem mais que os ricos.

No pacote também está a obrigatoriedade da progressividade do ITCMD, o imposto sobre heranças e doações - o que já é adotado por parte dos estados. Apesar de a medida ter sido celebrada, continuamos com teto de 8%, enquanto as alíquotas sobre herança chegam a 30% na Alemanha, 40% nos Estados Unidos, 45% na França e 50% no Japão.

Tributar os super-ricos pode arrecadar cerca de R\$ 292 bilhões anuais. É o que defenderam a Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip)**, os Auditores Fiscais pela Democracia (AFD), o Instituto Justiça Fiscal (IJF), entre outras instituições. Eles apresentaram 11 propostas legislativas que estão em consonância com o plano de **Reforma Tributária** formulado por seis partidos de oposição, que também tramita no Congresso.

Apenas o Imposto sobre Grandes Fortunas arrecadaria R\$ 40 bilhões nos cálculos desse grupo de entidades, maior que o orçamento do Bolsa Família. O resto viria de uma maior progressividade do Imposto de Renda de Pessoa Física (R\$ 160 bilhões, incluindo a taxa progressiva de dividendos), no aumento temporário da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de setores econômicos com alta rentabilidade (R\$ 30 bilhões), pela criação da Contribuição Social Sobre Altas Rendas (R\$ 25 bilhões), entre outros.

A desigualdade dificulta que as pessoas vejam a si mesmas e as outras pessoas como iguais e merecedoras da mesma consideração. Leva à percepção de que o poder público existe para servir aos mais abonados e controlar os mais pobres. Ou seja, para usar a polícia e a política a fim de proteger os privilégios do primeiro grupo, usando violência contra o segundo, se necessário for. Com o tempo, a desigualdade leva à descrença nas instituições. O que

ajuda a explicar o momento em que vivemos hoje.

A desigualdade social, que seria motivo de vergonha em qualquer lugar civilizado, aqui é razão de orgulho. O importante para uma parte da população, tanto a que está no topo quanto a que sonha em estar lá, não é reduzir a diferença, mas garantir que ela seja devidamente glamourizada e a ascensão social, mitificada. Assim, o indivíduo passa a não desejar justiça social coletiva, mas um lugar ao sol para si mesmo.

Site: <https://www.jornalopcao.com.br/economia/fortunos-5-mais-ricos-do-mundo-dobra-enquanto-5-bilhoes-fica-mais-pobre-alerta-oxfam-568066/>

Cinco mais ricos do mundo dobram fortuna e 5 bilhões empobrecem, diz Oxfam

Diário do Centro do Mundo

Por Leonardo Sakamoto

A riqueza dos cinco homens mais ricos do mundo mais que dobrou (114%), desde 2020, enquanto quase cinco bilhões de pessoas ficaram mais pobres no período. É o que aponta o relatório Desigualdade S.A., da Oxfam, divulgado neste domingo (14), no início do Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça.

As fortunas somadas dos cinco passaram de US\$ 405 bilhões para US\$ 869 bilhões, ou seja, cresceram a uma taxa de US\$ 14 milhões por hora. Segundo o relatório, seguindo essa toada, o mundo terá seu primeiro trilionário em uma década, para a alegria dos que celebram a riqueza alheia, mas a pobreza não será erradicada nos próximos 229 anos.

De acordo com a Oxfam, 791 milhões de trabalhadores viram seus salários ficarem abaixo da **inflação** e perderam US\$ 1,5 trilhão nos últimos dois anos, o equivalente a 25 dias de salários perdidos para cada pessoa.

Analisando a concentração de riqueza no Brasil, a Oxfam aponta que quatro dos cinco brasileiros mais ricos tiveram um aumento de 51% em sua fortuna desde 2020. Ao mesmo tempo, 129 milhões de brasileiros ficaram mais pobres. A pessoa mais rica concentra riqueza equivalente a 107 milhões, ou seja, mais da metade do país.

Por aqui, segundo o relatório, o 1% mais rico detém 60% dos ativos financeiros do país. Considerando que o 1% mais rico do mundo concentra 43% dos ativos financeiros globais, sendo 47% na Europa, 48% no Oriente Médio e 50% na Ásia, a desigualdade brasileira continua uma das piores do planeta.

"O Brasil tem na sua agenda de 2024 a oportunidade de corrigir um erro histórico iniciado nos anos 1990: o retorno da taxação sobre lucros e dividendos, isentos na tributação sobre a pessoa física", afirmou à coluna Kátia Maia, diretora executiva da Oxfam Brasil.

"Segundo dados da Receita, o 1% mais rico do Brasil recebeu R\$ 411,91 bilhões em lucros e dividendos em 2021 com pagamento zero de Imposto de Renda de Pessoa Física. Em comparação, o orçamento federal

previsto para o Bolsa Família em 2024 é de cerca de R\$ 170 bilhões, beneficiando 21 milhões de famílias, cerca de 60 milhões de pessoas", diz.

Na avaliação da Oxfam, a concentração de renda na mão de poucos se solidificou enquanto a pobreza global permanece em níveis anteriores à da pandemia de covid-19. De uma maneira geral, os bilionários estão US\$ 3,3 trilhões mais ricos do que em 2020 e sua riqueza cresceu três vezes mais rápido do que a taxa de **inflação** no período.

Sete das dez maiores corporações do mundo têm um bilionário como CEO ou como seu principal acionista e valem US\$ 10,2 trilhões, mais do que o Produto Interno Bruto (**PIB**) somado de todos os países da América Latina e da África.

Enquanto a pobreza global avança, as maiores empresas do mundo vão quebrar recordes de lucros em 2023. Juntas, as 148 maiores arrecadaram US\$ 1,8 trilhão em lucros totais nos seis primeiros meses do ano passado, 52% a mais do que média de lucro líquido observada entre 2018 e 2021.

O relatório Desigualdade S. A. aponta que a cada US\$ 100 de lucro obtido por cada uma das 96 maiores empresas do mundo, entre julho de 2022 e junho de 2023, US\$ 82 foram pagos a seus acionistas mais ricos. E que tributar esses lucros inesperados, que excedem em 20% a média dos anos anteriores, em 90% geraria quase US\$ 628 bilhões de dólares para combater a pobreza.

Análise da Oxfam sobre os dados da World Benchmarking Alliance para mais de 1.600 das maiores e mais influentes empresas do mundo mostra que apenas 0,4% delas estão publicamente comprometidas com o pagamento de um salário digno a seus empregados e apoiam o pagamento de salários dignos em suas cadeias de valor.

E apenas 0,7% delas cumpre plenamente os padrões globais de negociação coletiva com os trabalhadores e que 2,6% dessas empresas divulgam informações sobre a proporção de salários entre mulheres e homens.

A Oxfam defende que a guerra das grandes empresas contra a tributação resultou em redução significativa

do imposto sobre elas, um terço do que era praticado nas últimas décadas. A organização aponta que isso ocorreu enquanto as corporações abocanharam partes do setor público, ficando responsáveis por serviços como água, o que causou problemas de acesso a esse direito em várias partes do mundo.

Para interromper o acúmulo desigual de riqueza, a Oxfam recomenda investimento pesado em serviços públicos, regulação de empresas, quebra de monopólios e, claro, **impostos** permanentes sobre riqueza e lucros.

Para a organização, se apenas 10% das empresas dos Estados Unidos fossem propriedade dos trabalhadores, isso duplicaria a parcela de riqueza média da metade mais pobre da população do país, incluindo a das famílias negras.

A Oxfam também defende a quebra de monopólios, a democratização das regras de patentes, legislar sobre salários dignos, limitar os salários dos CEOs e criar novos **impostos** para os super-ricos e empresas, incluindo taxas sobre a riqueza permanente e sobre lucros excessivos. Estima que um imposto sobre a riqueza sobre os milionários e bilionários do mundo poderia gerar US\$ 1,8 trilhão por ano.

A primeira etapa da **Reforma Tributária** aprovada pelo Congresso obriga o governo Lula a apresentar um projeto de mudança no imposto de renda em até 180 dias da promulgação da emenda constitucional. O que pode ajudar a reduzir a desigualdade social ao taxar de forma progressiva os super-ricos.

Super-ricos no Brasil pagam proporcionalmente menos **impostos** que os pobres (via consumo) e a classe média (via renda). Para reduzir a injustiça tributária, uma reforma traria de volta a taxaço sobre dividendos recebidos de empresas (abolida no governo Fernando Henrique em 1995) e reajustaria a tabela do Imposto de Renda (há propostas de isentar a maior parte da classe média e criar alíquotas de 30 a 40% para os que ganham muito).

"Não taxar de forma expressiva lucros e dividendos do 1% mais rico do Brasil chega a ser um escárnio. Bilionários e super ricos deveriam ser os primeiros a dizer: devemos e queremos ser taxados", avalia Kátia Maia, da Oxfam Brasil.

"Eu diria que, mais do que uma oportunidade que a segunda etapa da reforma apresenta para o Brasil, essa é uma agenda obrigatória para quem tem compromisso com o desenvolvimento do país", diz.

O texto da primeira etapa da reforma aprovado pelos deputados e senadores aponta que caso a nova

taxação de renda gerar excedentes, eles podem ser usados para reduzir o custo da folha de pagamento e os **tributos** sobre o consumo. Porque é através do imposto pago na compra de produtos que os muito pobres, isentos do imposto de renda, contribuem proporcionalmente bem mais que os ricos.

No pacote também está a obrigatoriedade da progressividade do ITCMD, o imposto sobre heranças e doações - o que já é adotado por parte dos estados. Apesar de a medida ter sido celebrada, continuamos com teto de 8%, enquanto as alíquotas sobre herança chegam a 30% na Alemanha, 40% nos Estados Unidos, 45% na França e 50% no Japão.

Tributar os super-ricos pode arrecadar cerca de R\$ 292 bilhões anuais. É o que defenderam a Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip)**, os Auditores Fiscais pela Democracia (AFD), o Instituto Justiça Fiscal (IJF), entre outras instituições. Eles apresentaram 11 propostas legislativas que estão em consonância com o plano de **Reforma Tributária** formulado por seis partidos de oposição, que também tramita no Congresso.

Apenas o Imposto sobre Grandes Fortunas arrecadaria R\$ 40 bilhões nos cálculos desse grupo de entidades, maior que o orçamento do Bolsa Família. O resto viria de uma maior progressividade do Imposto de Renda de Pessoa Física (R\$ 160 bilhões, incluindo a taxaço progressiva de dividendos), no aumento temporário da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de setores econômicos com alta rentabilidade (R\$ 30 bilhões), pela criação da Contribuição Social Sobre Altas Rendas (R\$ 25 bilhões), entre outros.

A desigualdade dificulta que as pessoas vejam a si mesmas e as outras pessoas como iguais e merecedoras da mesma consideração. Leva à percepção de que o poder público existe para servir aos mais abonados e controlar os mais pobres. Ou seja, para usar a polícia e a política a fim de proteger os privilégios do primeiro grupo, usando violência contra o segundo, se necessário for. Com o tempo, a desigualdade leva à descrença nas instituições. O que ajuda a explicar o momento em que vivemos hoje.

A desigualdade social, que seria motivo de vergonha em qualquer lugar civilizado, aqui é razão de orgulho. O importante para uma parte da população, tanto a que está no topo quanto a que sonha em estar lá, não é reduzir a diferença, mas garantir que ela seja devidamente glamourizada e a ascensão social, mitificada. Assim, o indivíduo passa a não desejar justiça social coletiva, mas um lugar ao sol para si

mesmo.

Site: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/cinco-mais-ricos-do-mundo-dobram-fortuna-e-5-bilhoes-empobrecem-diz-oxfam/>

Cinco pessoas mais ricas do mundo ganham US\$ 14 milhões por hora

Rafaela Gonçalves

Os cinco homens mais ricos do mundo mais que dobraram as fortunas desde 2020, que passaram de US\$ 405 bilhões para US\$ 869 bilhões, o equivalente a cerca de US\$ 14 milhões por hora. O novo relatório de desigualdade da Oxfam aponta que a concentração de riquezas no período aconteceu enquanto quase 5 bilhões de pessoas tiveram queda no seu rendimento médio, aumentando a pobreza e a vulnerabilidade social no planeta.

O levantamento será apresentado no Fórum Econômico Mundial, que tem início nesta segunda-feira em Davos, na Suíça. O evento reúne chefes de Estado e de governo, além de CEOs de grandes corporações. O estudo aponta para a relação entre o aumento da desigualdade e o poder corporativo global, mostrando que, se a tendência atual continuar, o mundo terá seu primeiro trilionário em uma década, mas a pobreza não será erradicada nos próximos 229 anos.

O aumento acelerado da riqueza extrema dos últimos três anos solidificou-se, enquanto a pobreza global permanece em níveis pré-pandêmicos. No caso das empresas, foi apontada uma relação entre esses movimentos, com o aumento da concentração de poder econômico por meio dos monopólios. No ramo de sementes, por exemplo, há poucos anos, 10 empresas concentravam 40% do mercado e esse número foi resumido, substancialmente, para duas empresas que atualmente dominam o segmento.

"Acontece em diversos setores, por exemplo, no farmacêutico, que teve lucros extraordinários no período da pandemia também se beneficiando do monopólio e, principalmente, da patente, que é outra ferramenta de concentração de poder econômico e de dificuldade de acesso a esses medicamentos. Esses são dois exemplos desse cenário e o papel que as empresas têm no aumento da desigualdade", aponta o economista e gerente de justiça econômica da Oxfam, Jefferson Nascimento.

Ele avalia que parte importante do aumento da concentração de renda dos bilionários se deve à elevação do lucro das empresas, justamente no período da pandemia. "Empresas do ramo alimentício, de energia, tecnologia e farmacêutico, diversas

apresentaram lucros recorde nesse período. A Cargill, por exemplo, empresa de produção e processamento de alimentos, teve o maior lucro da sua história, beneficiada por condições que prejudicam a maior parte da população", diz, ao citar o aumento da **inflação** sobre os alimentos, que afeta sobretudo os mais pobres.

O economista vê, como exemplo no Brasil, o caso da rede de varejistas Americanas, que há um ano atrás anunciou um quadro de inconsistências contábeis na ordem de R\$ 20 bilhões, que levaram a empresa à recuperação judicial e geraram o desligamento de milhares de trabalhadores. "Nesse mesmo período, a empresa teve um impacto enorme na vida não só dos trabalhadores, mas também dos fornecedores. Os três principais acionistas, que estão entre as 10 pessoas mais ricas do Brasil, tiveram um aumento da sua fortuna no último ano. Você vê que mesmo esses momentos de crise são desiguais, isso ilustra bem a mensagem que buscamos trazer nesse relatório", afirma Nascimento. Salários defasados As pessoas pelo mundo estão trabalhando mais e mais, muitas vezes por salários baixos e empregos precários e inseguros. Os salários de quase 800 milhões de trabalhadoras e trabalhadores não acompanharam a **inflação** e perderam US\$ 1,5 trilhão nos últimos dois anos (ou 25 dias de salários perdidos por cada trabalhador).

No Brasil, em média, o rendimento das pessoas brancas é mais de 70% superior à renda de pessoas negras. "A desigualdade de renda e riqueza anda em paralelo com a desigualdade racial e de gênero? nossos super-ricos são quase todos homens e brancos. Para construirmos um país mais justo e menos desigual, precisamos enfrentar esse pacto da branquitude entre os mais ricos", apontou Katia Maia, diretora executiva da Oxfam Brasil.

A análise feita pela organização dos dados do World Benchmarking Alliance em mais de 1.600 grandes corporações em todo o mundo revela que apenas 0,4% delas estão publicamente comprometidas com o pagamento de salários justos e apoiam o pagamento de um salário justo em suas cadeias de fornecimento. Levaria 1.200 anos para uma mulher que trabalha no setor de saúde ganhar o que um CEO médio de uma das empresas da lista das 100 maiores da revista Fortune recebe em 12 meses.

O relatório da Oxfam também mostra como a guerra contra a tributação resultou numa redução significativa do imposto, para um terço do que era praticado nas últimas décadas, enquanto essas corporações privatizaram o setor público, segregando serviços como educação e de água.

"A desigualdade de renda e riqueza anda em paralelo com a desigualdade racial e de gênero - nossos superricos são quase todos homens e brancos" Katia Maia, diretora executiva da Oxfam Brasil

Governo mira R\$ 496 bilhões de grandes devedores para impulsionar arrecadação

Brasília

/
Hellen Leite, do R7, em Brasília

O R7 está no WhatsApp, siga o nosso canal

RECORD

JORNALISMO

VARIEDADES

Brasília | Hellen Leite, do R7, em Brasília

O Ministério da Fazenda vai intensificar a fiscalização sobre empresas com grandes dívidas junto à **Receita Federal**. Isso porque, desde quarta-feira (10), um grupo de trabalho está atento à evolução de processos administrativos fiscais com valores expressivos, a partir de R\$ 1 bilhão, em discussão no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. Até novembro de 2023, o conselho registrava 174 processos com valor de R\$ 1 bilhão ou mais, o que soma R\$ 496 bilhões em disputa.

Sob a liderança do ministro Fernando Haddad, as ferramentas do **Carf** têm se mostrado uma estratégia para impulsionar a arrecadação, alinhada à meta de atingir um déficit zero em 2024. Para isso, o governo quer diminuir o tempo de espera dos processos no conselho, que atualmente é de cerca de 4 anos.

Clique aqui e receba as notícias do R7 no seu WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo Telegram

Assine a newsletter R7 em Ponto

Esses processos administrativos fiscais (PAFs) representam uma série de procedimentos formais que entram em cena quando uma pessoa ou empresa discorda de decisões da **Receita Federal** relacionadas à cobrança de **impostos**. Quando alguém recebe uma notificação de cobrança de **impostos** e não concorda, pode iniciar um PAF.

Esse processo envolve a apresentação de documentos e argumentos para contestar a decisão fiscal. O **CARF** é um órgão que revisa esses recursos e decide se a deliberação inicial da **Receita Federal** está correta ou se precisa ser ajustada.

Isso significa que o PAF é uma espécie de "segunda chance" para a contestação de decisões tributárias antes de ir para o tribunal. Isso permite resolver conflitos de maneira mais rápida e administrativa, o que evita a necessidade de recorrer diretamente ao sistema judicial.

Com a publicação da portaria que institui o grupo de trabalho, o ministério quer acompanhar mais de perto os processos e controlar os prazos.

As atividades do grupo de trabalho começaram a valer na quarta-feira (10) e se estendem até o dia 30 de junho, com a possibilidade de o prazo ser prorrogado. Segundo a portaria, o grupo será constituído por representantes da **Receita Federal**, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), além de representantes do **Carf**.

Carregando...

Brasília

Utilizamos cookies e tecnologia para aprimorar sua experiência de navegação de acordo com o Aviso de Privacidade .

Tenha à disposição toda a programação RecordTV e os conteúdos dos melhores canais em um só lugar.

O R7 está no WhatsApp, siga o nosso canal

RECORD

JORNALISMO

VARIEDADES

Site: <https://noticias.r7.com/brasil/governo-mira-r-496-bilhoes-de-grandes-devedores-15012024>

Governo discute acordo sobre desoneração

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tenta costurar um acordo sobre a desoneração da folha de pagamento de 17 setores que contemple uma transição mais longa para encerrar o benefício e medidas alternativas para compensar a perda de arrecadação.

Interlocutores da equipe econômica afirmam que esse é o "acerto de fundo" firmado com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e que deve balizar as próximas conversas sobre o tema. Uma reunião entre Pacheco e o ministro Fernando Haddad (Fazenda) está prevista para esta segunda-feira (15), quando se espera algum avanço nas discussões.

A negociação é uma tentativa do governo de evitar uma derrota maior nessa frente. Nos últimos dias de 2023, em pleno recesso legislativo, o governo editou uma MP (medida provisória) que restringe o alcance do benefício tributário e estabelece uma reoneração gradual para as atividades ainda contempladas, até a volta da cobrança integral, em 2028. A iniciativa enfrenta resistências de entidades empresariais e de congressistas.

O benefício da desoneração da folha foi criado em 2011, no governo Dilma Rousseff (PT), e prorrogado sucessivas vezes. A medida permite o pagamento de alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários para a Previdência.

O Congresso aprovou a extensão do benefício até o fim de 2027. A lei foi vetada por Lula, mas os parlamentares votaram para restabelecer a validade de seu conteúdo.

A MP do governo propõe revogar a lei, com efeitos a partir de 1º de abril. Um grupo de 17 atividades passaria a pagar alíquota de 10% sobre a remuneração dos funcionários até um salário mínimo (hoje em R\$ 1.412) e 20% sobre o que exceder essa faixa. Para outras 25 atividades, a contribuição patronal seria de 15% sobre o piso e 20% sobre a remuneração excedente. Nesse grupo de atividades inclui-se edição de jornais.

No Legislativo, a publicação da MP foi vista como uma afronta à decisão do plenário da Câmara e do Senado. Por isso, lideranças defendem a devolução da MP, um gesto extremo que simbolizaria a rejeição sumária da proposta, antes mesmo de qualquer apreciação.

O Executivo, por sua vez, diz nos bastidores que é preciso dar um encaminhamento definitivo à questão da desoneração, uma vez que a mera prorrogação do benefício, como querem os parlamentares, deixa a porta aberta para novas extensões no futuro - a exemplo das sucessivas renovações do incentivo tributário nos últimos anos.

A preocupação do governo também é com o impacto nas contas públicas. A derrubada na MP geraria uma perda de R\$ 16 bilhões em receitas só em 2024. Além da desoneração aos 17 setores, os congressistas incluíram um dispositivo que reduz de 20% para 8% a alíquota paga por municípios com até 156,2 mil habitantes ao **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social). Uma ala do governo vê com ceticismo a possibilidade de reverter essa medida em pleno ano de eleições municipais.

Na avaliação da Fazenda, as bases de um acordo possível precisam de duas premissas: a eliminação gradativa do benefício aos setores e a adoção de medidas adicionais para compensar eventuais impactos do que for acertado no Congresso.

lá disposição do Executivo em negociar uma transição mais longa, que retome a cobrança integral sobre a folha de pagamento das empresas em 2029, por exemplo, desde que haja essa "porta de saída".

O ideal, na visão do governo, seria já haver uma redução inicial no montante do benefício ainda em 2024, mas não se descarta ceder e pactuar o começo da transição no ano que vem, o que daria mais tempo para as empresas se programarem.

O formato não é o preferido da Fazenda, mas seria algo possível caso o Congresso insista em manter a regra até o fim do ano. Em termos de compensação, governo e Legislativo discutem a possibilidade de taxar compras internacionais de até US\$ 50, hoje isentas. (Folhapress)

Rodrigo Pacheco e Fernando Haddad: nova reunião tenta fechar questão

Site: <https://opopular.com.br/digital/15-janeiro-2024/1o-caderno>

DEFINITIVO

Isenção do IPTU: quem tem direito e como solicitar?

O cronograma de pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) 2024 está definido em várias cidades do Brasil. O imposto cobrado pelas prefeituras deve ser pago pelos proprietários de casas, prédios e comércios anualmente. Algumas pessoas, no entanto, podem ter isenção do tributo .

Embora as regras de pagamento do IPTU variem de cidade para cidade, é regra comum a possibilidade de isenção para aposentados, pensionistas, beneficiários de renda mensal vitalícia pelo Instituto Nacional de **Seguridade Social (INSS)** ou pessoas que recebem o **Benefício de Prestação Continuada (BPC)** .

Para que essas pessoas tenham direito à isenção do IPTU é preciso, no entanto, se enquadrar em alguns pré-requisitos. Por exemplo, aposentado ou pensionista do **INSS** pode ter somente um imóvel registrado no próprio nome. A propriedade também não pode valer mais do que uma quantia pré-determinada pelo município.

Considerando que as características da isenção do IPTU podem variar de um município para o outro, a recomendação é que busque informações sobre a isenção na Secretaria Municipal de Fazenda.

Por exemplo, na capital de São Paulo, além dos requisitos acima, a pessoa não pode ter rendimento mensal que ultrapasse três salários mínimos.

A cidade de São Paulo tem 3.724.569 imóveis em seu cadastro do IPTU em 2024 - 2,19% a mais do que no ano passado (3.644.468). Do total, 1.142.850 são isentos do pagamento do imposto e outros 561.842 têm desconto parcial , de acordo com dados da Fazenda divulgados pelo jornal O Estado de S. Paulo.

Como é calculado

Em São Paulo e nas demais cidades, o IPTU é calculado tendo como base o valor venal do imóvel, que é estabelecido pela prefeitura com base na idade e localização do imóvel. O valor é atualizado conforme variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no exercício anterior.

Como pedir a isenção?

Para realizar o pedido de isenção, é necessário

primeiro se encaixar nos requisitos apresentados acima. Depois, procurar a prefeitura do município onde o imóvel está localizado. É preciso apresentar ao poder público o documento de identidade (RG e CPF), o registro do imóvel/certidão de valor venal do imóvel e um comprovante de renda e residência - todos original, além de cópia.

Quem paga o IPTU?

O IPTU deve ser pago pelos proprietários de casas, apartamentos ou terrenos, sejam esses terrenos residenciais ou comerciais, localizados em áreas urbanas. Ou seja, se você tem uma casa, você deve pagar o IPTU; se tem um comércio, também deve pagar o IPTU.

Para que serve o IPTU?

O IPTU é um imposto municipal. Isso significa que o valor arrecadado com o seu recolhimento vai para as prefeituras das cidades onde os imóveis estão localizados. Apesar disso, o IPTU não tem uma finalidade específica, e pode ser destinado a qualquer necessidade das prefeituras pelas quais o imposto foi recolhido.

Entre os exemplos do uso do valor arrecadado pelo IPTU estão melhorias nas áreas onde os imóveis estão localizados, obras de infraestrutura - como parques, ruas e estradas ou construção de pontes e viadutos - e investimentos em áreas como educação, saúde e segurança pública.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/isencao-do-iptu-quem-tem-direito-e-como-solicitar,8a27e9485bd42233ec6b7abf6451947dulr1tj29.html>

Teto de juros do consignado cairá para 1,76% ao mês

Os aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) pagarão menos nas futuras operações de crédito consignado. Por 14 votos a1, o CNPS (Conselho Nacional da **Previdência Social**) aprovou o novo limite de juros de 1,76% ao mês para essas operações.

O novo teto é 0,04 ponto percentual menor que o antigo limite, de 1,80% ao mês, nível que vigorava desde dezembro. O teto dos juros para o cartão de crédito consignado caiu de 2,67% para 2,61% ao mês.

Propostas pelo próprio governo, as medidas entram em vigor oito dias após a instrução normativa ser publicada no Diário Oficial da União, o que ocorrerá nos próximos dias. Normalmente, o prazo seria cinco dias, mas foi estendido a pedido dos bancos.

A justificativa para a redução foi o corte de 0,5 ponto percentual na Taxa Selic (juros básicos da economia). No fim de setembro, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduziu os juros básicos de 12,25% para 11,75% ao ano. Desde agosto, quando começaram os cortes na Selic, o ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, disse que a pasta vai acompanhar o movimento e propor reduções no teto do consignado à medida que os juros baixarem. As mudanças têm de ser aprovadas pelo CNPS.

O limite dos juros do crédito consignado do **INSS** foi objeto de embates no ano passado. Em março de 2022, o CNPS reduziu o teto para 1,7% ao ano. A decisão opôs os ministérios da **Previdência Social** e da Fazenda.

Os bancos suspenderam a oferta, alegando que a medida provocava desequilíbrios nas instituições financeiras.

Sob protesto das centrais sindicais, o Banco do Brasil e a Caixa também deixaram de conceder os empréstimos porque o teto de 1,7% ao mês era inferior ao cobrado pelas instituições.

A decisão coube ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que arbitrou o impasse e, no fim de março, decidiu pelo teto de 1,97% ao mês. O Ministério da Previdência defendia teto de 1,87% ao mês. (da ABr)

Site:

https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab_C4C80D663846314E252EF7C5EF40573B719392037A99BD208CF68026741B6C4C5158EFDC69393DF84C3D89171D7D84E61C5766EE4846D1F97E62F375B86C7979AA5BC6179B2C3305CD20D897A21BC7EC5A99233AC4A0404A0A371A429A4D2A13937BA0B79949A53F1C4C0D950A75CE540E47FC19386DDA2A7616C66C341D3

Teto do consignado

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) afirmou que "fixar o teto de juros em patamar economicamente inviável, como tem ocorrido, acarreta prejuízos aos beneficiários do **INSS**, que apresentam maior risco, caso dos aposentados com idade elevada e de mais baixa renda". Na quinta-feira, o Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) reduziu o teto de juro no consignado **INSS** a 1,76%, de 1,80%. Segundo a Febraban, o crédito consignado atualmente é usado pelos beneficiários do **INSS** para pagamento de dívidas em atraso, despesas médicas, contas e compras de alimentos.

"Com isso, os aposentados estão tendo de recorrer a outras modalidades de crédito, com custos significativamente mais elevados, principalmente aqueles que estão negativados, prejudicando especialmente a população de menor poder aquisitivo e de idade avançada". A Febraban diz que continuará buscando demonstrar que, na prática, as reduções do teto de juros, da forma como vem ocorrendo, estão tendo efeito danoso para a camada mais vulnerável desse público.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187763>

Queda nos juros

O novo teto é 0,04 ponto percentual menor que o antigo limite, de 1,80% ao mês, nível que vigorava desde dezembro

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) pagarão menos nas futuras operações de crédito consignado. Por 14 votos a 1, o Conselho Nacional da **Previdência Social** (CNPS) aprovou o novo limite de juros de 1,76% ao mês para essas operações.

O novo teto é 0,04 ponto percentual menor que o antigo limite, de 1,80% ao mês, nível que vigorava desde dezembro. O teto dos juros para o cartão de crédito consignado caiu de 2,67% para 2,61% ao mês. Propostas pelo próprio governo, as medidas entram em vigor oito dias após a instrução normativa ser publicada no Diário Oficial da União, o que ocorrerá nos próximos dias. Normalmente, o prazo seria cinco dias, mas foi estendido a pedido dos bancos.

A justificativa para a redução foi o corte de 0,5 ponto percentual na Taxa Selic (juros básicos da economia). No fim de setembro, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduziu os juros básicos de 12,25% para 11,75% ao ano.

Desde agosto, quando começaram os cortes na Selic, o ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, disse que a pasta vai acompanhar o movimento e propor reduções no teto do consignado à medida que os juros baixarem. As mudanças têm de ser aprovadas pelo CNPS.

Bancos oficiais

Com o novo teto, alguns bancos oficiais terão de reduzir as taxas para o consignado do **INSS** para continuarem a emprestar pela modalidade. Segundo os dados mais recentes do Banco Central (BC), o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil cobram 1,79% ao mês.

O Banco da Amazônia cobra 1,81% ao mês. Como está acima do teto atual, a taxa, na prática, significa que a instituição suspendeu a oferta desse tipo de crédito. Entre os bancos federais, apenas a Caixa cobra menos, com taxa de 1,73% ao mês.

Impasse

O limite dos juros do crédito consignado do **INSS** foi objeto de embates no ano passado. Em março de

2022, o CNPS reduziu o teto para 1,7% ao ano. A decisão opôs os ministérios da **Previdência Social** e da Fazenda. Os bancos suspenderam a oferta, alegando que a medida provocava desequilíbrios nas instituições financeiras. Sob protesto das centrais sindicais, o Banco do Brasil e a Caixa também deixaram de conceder os empréstimos porque o teto de 1,7% ao mês era inferior ao cobrado pelas instituições.

A decisão coube ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que arbitrou o impasse e, no fim de março, decidiu pelo teto de 1,97% ao mês.

O Ministério da Previdência defendia teto de 1,87% ao mês, equivalente ao cobrado pela Caixa Econômica Federal antes da suspensão do crédito consignado para os aposentados e pensionistas. A Fazenda defendia um limite de 1,99% ao mês, que permitia ao Banco do Brasil, que cobrava taxa de 1,95% ao mês, retomar a concessão de empréstimos.

Site: <https://diariodigital.verdesmares.com.br/assinante>

Previdência para motorista de app

SAULO JUNIOR

O trabalho como motorista de aplicativo foi a solução para muitos brasileiros que enfrentam dificuldade para conseguir emprego. Há também maneiras de garantir a aposentadoria através dessa atividade, mas nem todos os trabalhadores da categoria vão usufruir desse e de outros benefícios, já que muitos não contribuem com a Previdência.

Existe pelo menos um milhão de motoristas de aplicativo no Brasil.

Primeiro, é preciso entender as modalidades de contribuição.

Para contribuir como autônomo/contribuinte individual, o motorista pode pagar mensalmente o **INSS** com base na alíquota específica, que varia de 11% do salário mínimo ou 20% do salário mínimo até o teto do **INSS**, que em 2024 subiu para R\$ 7.786,01, sendo que esse tipo de contribuição maior dá direito à aposentadoria por tempo de contribuição ou a uma aposentadoria de maior valor.

Já quem opta por ser MEI (microempreendedor individual) basta se inscrever como "motorista de aplicativo independente", categoria criada em 2019, e pagar uma taxa mensal do DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional), no valor de 5% do salário mínimo, com acréscimo de R\$ 5 de ISS, independente do faturamento, que não pode ser maior do que R\$ 81 mil por ano (média de R\$ 6.750 por mês).

No entanto, muitos acabam não pagando. O DIA conversou com o motorista de aplicativo Sílvio Fernandes, de 49 anos, de Itaúna, São Gonçalo, para entender os motivos. Ele, que é formado em Administração de Empresas, relatou dificuldades.

"Estou há seis anos no transporte por aplicativos.

Infelizmente, não consegui pagar essa contribuição, por mais que seja importantíssimo", admitiu.

Já o motorista Givanildo Bezerra, que mora em Raul Veiga, São Gonçalo, trabalha com os aplicativos de corrida desde 2018. Ele contou que a contribuição é uma de suas principais prioridades. "Pago o DAS do MEI. Isso me garante uma segurança caso eu fique doente, com o auxílio-doença, além de facilitar empréstimos e ainda me ajuda para aposentadoria."

Entidades indicam contribuição

Denis Moura, presidente da Associação de Motoristas por Aplicativo do Rio de Janeiro (Ampa-RJ), explica como a categoria lida com essa questão. "A maioria dos motoristas por aplicativos não paga por dois motivos. O primeiro pelo fato de o faturamento ser muito baixo.

O segundo é que os aplicativos não passam estabilidade para os motoristas, o que leva a uma sensação de informalidade. Sempre aconselho a contribuir, porque quando acontece algum problema, ele está sozinho. Os aplicativos não ajudam em nada. Recomendo pagar o DAS do MEI." Leandro Xavier preside o Instituto Família Ponta a Ponta, entidade que nasceu para representar a categoria.

Ele recomenda a contribuição.

"O DAS é a garantia de que o motorista terá uma aposentadoria e, caso aconteça algum imprevisto de saúde, também terá benefício", defende.

'Pagar o **INSS** é um dever'

A advogada Jeanne Vargas, especialista em Direito Previdenciário, orienta os profissionais que dirigem como forma de complementar a renda. Ela frisa que a contribuição para o **INSS** é importante em qualquer situação.

"Todo trabalhador que tem renda através do trabalho é contribuinte obrigatório da Previdência.

Pagar o **INSS** não é uma opção, mas um dever, ainda que ele tenha outro emprego de carteira assinada.

São fontes de renda distintas: motorista de aplicativo e emprego de carteira assinada. Os salários de contribuição (MEI/autônomo) e do emprego de carteira assinada poderão ser somados no cálculo de benefícios do **INSS**, como, por exemplo, na aposentadoria", explica.

Jeanne lembra que o fato de não contribuir não permite condição de segurado perante o **INSS**.

Site: <http://flip.odia.com.br/>

Seguro-desemprego para 2024 terá aumento de 3,71%

O valor do seguro-desemprego em 2024 foi alterado. A nova tabela anual foi divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Segundo a pasta, o valor será corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 2023 (3,71%). Trabalhadores com pedido do benefício registrado a partir do último dia 11 irão receber o valor com o reajuste da **inflação**. O valor do benefício pago a trabalhadores desempregados varia de acordo com a média de seus salários nos três meses anteriores à demissão e não pode ser inferior ao salário mínimo vigente atualmente (R\$ 1.412).

Já os trabalhadores cujos últimos três salários forem maiores que R\$ 3.402,65 terão direito ao seguro-desemprego no valor de R\$ 2.313,74. O número de parcelas do benefício oscila de acordo com a solicitação e a duração do trabalho que antecedeu o pedido. O pagamento da parcela ocorre sempre 30 dias após a requisição ou saque da parcela anterior. "O seguro desemprego desempenha um papel importante na vida dos trabalhadores brasileiros, pois com ele o trabalhador demitido sem justa causa pode procurar um novo emprego mantendo um padrão mínimo de vida, para ele e sua família. Isso ajuda a movimentar a economia e contribui para o sustento familiar enquanto outra oportunidade laboral aparece. O aumento desse ano é de acordo com a **inflação**, o que é normal. Não é muito, mas certamente ajuda a muita gente", avaliou o especialista em finanças, Helder Cavalcante.

Quem tem direito?

Tem direito ao seguro--desemprego o trabalhador que tiver sido dispensado sem justa causa, estiver desempregado, quando do requerimento do benefício, ter recebido salários de pessoa jurídica ou pessoa física equiparada à jurídica (inscrita no CEI) relativos a pelo menos 12 meses nos últimos 18 meses imediatamente anteriores à data de dispensa, quando da primeira solicitação e pelo menos 9 meses nos últimos 12 meses imediatamente anteriores à data de dispensa, quando da segunda solicitação.

Além disso, também tem direito o trabalhador que a cada um dos seis meses imediatamente anteriores à data de dispensa, quando das demais solicitações, não possuir renda própria para o seu sustento e de sua família e não estiver recebendo benefício de

prestação continuada da **Previdência Social**, exceto pensão por morte ou auxílio-acidente.

Para solicitar o benefício é preciso ir em uma das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, ou em outros postos credenciados pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Outra forma de solicitar é por meio do Portal Gov.br ou Aplicativo Carteira de Trabalho Digital. Além disso, também é possível solicitar de forma presencial, nas unidades das Superintendências Regionais do Trabalho, após agenda-mento de atendimento pela central 158. Para isso é preciso apresentar Documento do Requerimento do Seguro-Desemprego (recebido do empregador no momento da demissão sem justa causa) e número do CPF.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/15-01-2024-edicao24744/>

Os males da hérnia de disco

Após ser diagnosticada com hérnia de disco lombar, a atriz Taís Araújo passou por procedimento e recebeu alta na última quarta-feira (10). Ela ficará de fora dos três primeiros episódios de "The Masked Singer Brasil 4", da Globo, previsto para estrear no próximo dia 21, com apresentação de Ivete Sangalo. A Globo diz que ela retoma gravações na semana que vem.

A hérnia de disco, doença que acomete uma região específica da coluna, chamado disco intervertebral, foi a principal causa, seguida de dor na lombar, de afastamentos do trabalho por razões de saúde em 2023, segundo o Ministério da **Previdência Social**. No ano passado, mais de 2,5 milhões de brasileiros foram afastados do trabalho com algum tipo de doença.

Segundo especialistas, a hérnia de disco atinge a população mais jovem, principalmente em idade produtiva, dos 20 aos 40 anos. Os sintomas são bastante limitantes e restritivos, impedindo, de fato, a realização das atividades diárias, e os dois fatores mais importantes associados às lesões na coluna são o sedentarismo e má postura.

A dor ciática é o sintoma mais marcante -- é irradiada para a perna e está associada a perda de sensibilidade, de força muscular, sensações de choques e formigamentos nos membros.

A melhor forma de prevenir a hérnia é evitar altos níveis de estresse com uma rotina saudável, tanto do ponto de vista mental como físico, mantendo uma postura adequada no ambiente de trabalho, nas atividades domésticas (que sobrecarregam muito a coluna), a boa ergonomia no escritório e principalmente a atividade física regular também servem como prevenção e tratamento da dor lombar crônica.

O seu diagnóstico se faz por um exame físico bem realizado e exames de imagem condizentes com a lesão. "Muitas vezes, as pessoas leem o laudo de um exame que aponta uma "hérnia" e, mesmo sem ter uma história clínica e um exame físico condizentes com o diagnóstico, julgam ter a doença. Um diagnóstico equivocado levará invariavelmente a um tratamento errado", explica Renato Ueta, ortopedista e membro do Grupo da Coluna do Departamento de Ortopedia e Traumatologia da Escola Paulista de Medicina - Unifesp.

A cirurgia nem sempre será necessária para o tratamento de hérnia de disco. Por vezes,

medicamentos, reabilitação física (fisioterapeutas, educadores físicos) e métodos analgésicos, como acupuntura poderão auxiliar muito no tratamento.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=17275>

Planalto prioriza busca por receitas em pauta legislativa

Fabio Murakawa, Julia Lindner, Marcelo Ribeiro, Gabriela Pereira e Estevão Tajar

Num ano em que o déficit fiscal zero foi acordado no orçamento e é apontado como um compromisso crucial pelos investidores e economistas do mercado financeiro, o governo não dá sinais de que irá na direção de conter as despesas para atingir a meta. A busca por receitas para atingir o déficit primário zero e avanços na **reforma tributária** estão no topo da pauta legislativa do governo para o primeiro semestre, segundo fontes do Palácio do Planalto.

Há uma expectativa no Congresso também por iniciativas para corte de gastos públicos, que poderiam ser apresentadas por meio de uma versão mais enxuta da reforma administrativa. No Planalto, no entanto, esse tipo de medida não é citado entre as prioridades. Por outro lado, a pauta econômica, assim como a regulação das redes e da inteligência artificial com vistas às eleições municipais, coincide com as prioridades da cúpula do Congresso para os próximos meses.

No campo das receitas, o governo federal ainda calcula que são necessárias medidas para atingir a meta imposta pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em meio às conversas sobre a medida provisória (MP) que trata da reoneração da folha de pagamentos.

"Este ano é delicado, decisivo, de teste, o primeiro de vigência completa do arcabouço fiscal", diz Marcus Pestana, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão de monitoramento das contas públicas ligado ao Senado.

A IFI projeta de maneira preliminar déficit primário entre 0,8% e 0,9% do Produto Interno Bruto (**PIB**) para 2024, algo entre R\$ 100 bilhões e R\$ 110 bilhões. Mas, segundo ele, somente por volta de abril será possível ter ideia mais clara do impacto fiscal de medidas propostas pelo governo federal e aprovadas pelo Congresso em 2023. Entre elas, estão mudanças na tributação de investimentos estaduais, taxaço de offshores e fundos exclusivos e alterações no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**).

No fim do ano passado, o governo também

empreendeu grande esforço para aprovar a Medida Provisória 1185, que alterou a tributação de subvenções estaduais. "Não há projeções seguras para as receitas dessas medidas", diz Pestana.

Mas também será preciso lidar com pressões de despesas, segundo ele. Exemplos são o aumento real do salário mínimo e a retomada das vinculações dos gastos com saúde e educação.

Em outra frente, o governo espera concluir a regulamentação da primeira parte da **reforma tributária** aprovada no ano passado, com impacto sobre o consumo. Mas quer avançar até julho na tramitação da segunda parte da reforma, que versará sobre a tributação da renda. A expectativa, porém, é que a conclusão desse trecho seja possível apenas após as eleições municipais, em novembro.

Também estão sob análise medidas de expansão do crédito, uma marca do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seus três mandatos. Elas devem contemplar uma segunda versão do Desenrola e o empréstimo consignado para trabalhadores celetistas do setor privado. O governo deve insistir ainda na regulação do trabalho em aplicativos, promessa de campanha do presidente Lula.

O Planalto também solicitou aos ministérios que enviem suas pautas prioritárias para este semestre. As respostas das 38 diferentes pastas devem chegar em cerca de duas semanas. A partir daí, será feita uma triagem pelo núcleo do governo para definir que propostas serão de fato enviadas, quando e o esforço que será feito para aprová-las.

Esse plano deve ter, pelo menos em parte, boa receptividade no Congresso. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), trabalha com medidas econômicas, que, na visão de aliados, já estão bem encaminhadas. Ele ainda espera do governo propostas para ampliar a arrecadação, manter empregos e reduzir a taxa de juros.

Marcelo Fonseca, economista-chefe da Reag Investimentos, projeta déficit primário de aproximadamente R\$ 70 bilhões para 2024. Ele critica justamente o fato de o debate sobre o ajuste pelo lado das despesas estar "totalmente interdito".

"É um ajuste que muito provavelmente não vai funcionar", diz, destacando que calcula que a União receberá neste ano aproximadamente R\$ 60 bilhões em receitas extraordinárias, que não devem se repetir. "Teremos uma dinâmica de elevação da dívida pública, com efeito colateral ruim sobre o crescimento econômico. Há grande dúvida a respeito dos efeitos desse aumento de carga brutal sobre a saúde das empresas e, portanto, sobre o crescimento."

Dois outros eixos pensados pelo presidente do Senado envolvem medidas mais políticas, como o fim da reeleição para o Executivo e a fixação de mandatos para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Assim como ocorreu em 2023, Lira dará prioridade à agenda econômica, com atenção especial para as leis de regulamentação da **reforma tributária** e a **reforma tributária** da renda.

Para ele, é possível que ambos os projetos tramitem paralelamente, sem a necessidade de focar medida por medida. Para isso, deve-se designar um relator com conhecimento no tema para cada um dos textos.

Sobre a reforma administrativa, entre os deputados há o sentimento de sempre. "Sem o governo no barco, é muito difícil", diz uma fonte.

Na avaliação de interlocutores do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), caso encontrem uma solução intermediária entre o que o Congresso defende e o que o governo aceita, seria possível tentar colocar o tema em discussão. A aprovação desse tipo de medida, porém, ainda é considerada improvável, por causa das eleições.

Depois de dificuldades no ano anterior, o projeto de lei das "fake news" pode ganhar nova chance de tramitação. Tudo depende de ajustes no texto a serem feitos pelo relator, o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP).

Às vésperas do recesso parlamentar, Lira mostrou ainda preocupação com a questão da inteligência artificial e de como essa ferramenta poderá impactar as eleições municipais. Tanto o Planalto quanto o presidente da Câmara acreditam que algo deve ser feito, e existem também projetos sobre o assunto tramitando no Senado.

A ideia do presidente da Câmara é investir em uma proposta que estabeleça regras que sejam gerais, e não voltadas apenas para a eleição. O entendimento é que, ao estabelecer uma regulamentação mais genérica, as regras também serviriam para a disputa eleitoral.

No entanto, especialistas apontam que a mobilização dos parlamentares para as eleições municipais limitam o tempo do governo para aprovar suas pautas prioritárias. Além disso, o Congresso tem uma oposição organizada, que possui entre seus objetivos reforçar as agendas de costumes.

De acordo com André César, sócio da Hold Assessoria Legislativa, a falta de tempo causada pelas eleições colocará Lula na posição desconfortável de ter que selecionar as agendas mais caras para o governo. "Se o governo quiser avançar com tudo, não vai ter nada", alerta.

Para Paulo Baía, cientista político e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), matérias como **reforma tributária** e regulação das redes sociais abrem muita discussão, dada a complexidade das pautas. "Sem acordo, nada anda", diz. Baía ressaltava ainda que a polarização política estará presente nas eleições deste ano, o que pode afetar o andamento das matérias.

Câmara deve analisar medidas para ampliar arrecadação

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187763>

"A grande questão é fazer a economia global voltar a crescer", diz Trabuco

Mônica Scaramuzzo

Presença confirmada no Fórum Econômico Mundial deste ano, o presidente do conselho de administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco Cappi, vê três importantes pontos de discussão em Davos.. "A agenda ambiental e os conflitos geopolíticos estarão em discussão junto com a pauta de recuperação da economia global", diz.

Para o Brasil, o presidente do conselho de administração do Bradesco vê a retomada dos investimentos por conta de programas de crescimento da infraestrutura e também pela agenda de transição energética.

Trabuco ressalta, contudo, que é preciso definir a questão fiscal. Caso contrário, o país corre o risco de não aproveitar "os bons ventos" que o mundo pode apresentar neste ano. A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor:

Valor: Quais são suas expectativa nos debates econômicos e políticos em Davos este ano, em meio ao clima global de insegurança com os conflitos geopolíticos?

Luiz Carlos Trabuco Cappi: Davos tem uma pauta muito importante, que é o da reconstrução da confiança. Realmente, o mundo tem de confiar em si e este é o planeta que nos cabe trabalhar. O Fórum Econômico Mundial tem sido nos últimos anos uma caixa de ressonância eclética e tem um conceito que nos agrada muito, que é a inclusão. Existe um consenso de líderes, governos, pensadores e pessoas ligadas ao capital e setor financeiro, ONGs e da sociedade civil de conversar e lançar ideias a respeito do tema. Com o cenário de conflitos e guerras, acredito que o mundo tem três agendas inescapáveis. A primeira é a ambiental. O planeta tem reagido de maneira sofrida à questão ambiental. A segunda é a paz. A gente vem de conflitos geopolíticos que se espalham para todos os continentes, muito deles regionais, sobretudo do Leste Europeu, na Ásia e Oriente Médio, incluindo a América Latina. Não é a paz entre as nações, mas dentro das nações. O caso do Equador é bem evidente. O terceiro desafio é consequência dos dois anteriores. A **inflação** está sob controle, mas agora a grande questão é fazer a economia global voltar a crescer.

Valor: Apesar dos conflitos, os principais países têm demonstrado caminhos para recuperação econômica. Quais os riscos de o Brasil não aproveitar essa oportunidade?

Trabuco: Temos condições de aproveitar os bons ventos que o mundo pode apresentar em 2024, se tivermos a consciência muito forte de que o nosso principal risco continua sendo a questão fiscal. A estabilidade de contas entre receita e despesas é fundamental para debelar expectativas inflacionárias e a própria taxa de juros. O nosso desafio começa com a boa saúde fiscal e isso, em última instância, ajuda a preservar o valor dos salários, da capacidade das empresas se planejar. Estou otimista com o cenário que temos pela frente. É importante ressaltar que as despesas têm de ser compatíveis com a receita e isso me parece que está pacificado entre governo e Congresso. As negociações são positivas porque com elas há entendimento político. A busca da confiança envolve fazer sacrifício.

Valor: O senhor vê um entrave nessas discussões? Quais expectativas para 2024?

Trabuco: As expectativas são positivas e não é um otimismo mais teórico. Em quais pontos poderíamos acertar essa visão? O ciclo de 2024 e 2025 é positivo porque a **inflação** está controlada. Temos observado que as principais economias do mundo podem começar um ciclo de queda de taxas dos juros, que farão que a gente possa ter um **PIB** superando as previsões do início do ano. Agora em 2024 vamos ter regulamentação da **reforma tributária**, que é sinalizador no médio e longo prazo e será motor de crescimento e desenvolvimento. Este ano vemos solidez da balança comercial. O nível de emprego também vai ser motor de crescimento para 2024, sobretudo no comércio e serviço. Eu tenho uma expectativa muito grande em relação ao aumento de investimento da economia.

Valor: Por quê?

Trabuco: Esse aumento de investimento na economia será ou por programas de crescimento ou pela transição energética que requer grandes recursos. Estamos numa agenda positiva para 2024. Agente não pode esquecer que a população mundial cresce e que

existe demanda maior por alimentos, energia e infraestrutura. Para o Brasil é importante, por ser um grande produtor de alimentos e ter abundância de recursos hídricos. Também é fator positivo para exportação brasileira, que vai continuar a crescer. Investimentos nesses setores são cruciais. O Brasil é diferenciado e dá respostas rápidas.

Valor: Ainda há preocupação com o clima afetando a safra e a escalada da guerra sobre os preços dos alimentos. Pode comprometer a **inflação**?

Trabuco: A produção de grãos no Brasil pode até ser afetada pelo clima de forma quantitativa, mas o país tem ganhos de produtividade, que podem compensar, em parte, a perda agrícola. No entanto, as commodities tiveram queda de preço em 2023. Uma recomposição de preços ajuda a cadeia do agonegocio, mas não acho que vá mudar a meta de **inflação**.

Valor: Sobre a **reforma tributária**, o senhor vê entraves na aprovação das emendas?

Trabuco: Essa é questão difícil de se responder. A **reforma tributária** exigiu e vai continuar exigindo muitas negociações e elas não são fáceis. Mas o ciclo de negociações ganha legitimidade nas decisões. É importante porque legitima temas que são complexos. É evidente que envolve uma boa dose de conflito distributivo entre os partícipes do sistema econômico e os Estados. O importante na implementação da reforma é que continuemos as discussões com princípios de debate democráticos, independência dos Poderes e harmonia entre eles, que é o respeito ao pacto federativo. Isso faz parte da negociação política.

Valor: O anúncio de medidas de maior arrecadação com a reoneração gradual da folha de pagamento feito pelo ministro da Fazenda, Fernanda Haddad (PT), no fim do ano, desagradou o Congresso.

Trabuco: Acho que o ministro, que tem feito um trabalho excepcional, dentro da visão que tem da área econômica, está centrando foco importante na negociação com o Estado. Acho que essa agenda está focada para essa negociação. Das reformas, tem um desafio da administrativa, que tem de estar voltada para a gestão do setor público sob ótica da inovação e produtividade. Na reforma administrativa, é preciso saber entre Três Poderes qual o tamanho do Estado brasileiro dentro do orçamento da atual carga tributária. Então acho que essa agenda é foco do Haddad.

Valor: O senhor vê um cenário benigno no Congresso?

Trabuco: Há uma consciência expandida da

necessidade da eficiência fiscal brasileira. Essa expansão da consciência faz com que o Congresso também tenha um protagonismo no debate sobre essa questão. É preciso desenhar um Estado que caiba no orçamento e que seja eficiente para atender a demanda da população. Daí também entram a segurança pública, educação, saúde e infraestrutura nas esferas federal, estaduais e municipais.

Valor: O senhor vê o Brasil atrativo para investidor estrangeiro?

Trabuco: Acredito que sim. O Brasil está inserido no mundo, que está numa instabilidade humanitária muito grande. O Brasil, ao reiterar gestos por atos e palavras e a solidez das instituições democráticas, tem um enorme potencial para fazer com que os investimentos globais contemplem o país. Temos de demonstrar que somos uma nação pacífica e que os nossos conflitos e diferenças são resolvidos pelo diálogo.

Valor: O Bradesco está otimista com a retomada do mercado de capitais este ano?

Trabuco: Também sinto bons ventos para o mercado de capitais. O Brasil tem economia diversificada e contemporânea em setores que somos competitivos. A recuperação da B3 está indicando um tempo mais ameno nos mercados de capitais. Não podemos esquecer, contudo, que estamos às vésperas, não sei exatamente precisar, de um ciclo de redução das taxas básicas de juros na Europa e nos EUA, considerando que a política monetária desses países já cumpriu o seu ciclo aperto.

Valor: Os bancos veem espaço na discussão do rotativo?

Trabuco: Esse assunto está em discussão. Houve decisões que dilatam um pouco a discussão dessa questão. Mas é uma questão no longo prazo que eu vejo que pode ser equacionada. Eu acho importante o diálogo. É um tema horizontal e transpassa vários setores econômicos e esse tema não pode ter nenhuma visão unidirecional de ser a favor ou contra. Tem um papel no comércio que tem de ser preservado dentro de regras e critérios positivos para todos os setores.

Valor: Onde está o entrave?

Trabuco: Isso é uma conquista. Então essa questão tem de ser refletida de uma maneira mais abrangente.

Valor: O Bradesco deverá passar por novas mudanças? Qual a orientação do conselho de administração do banco para 2024?

Trabuco: Acredito que a diretoria liderada por Marcelo Noronha, novo presidente do banco, trabalha para exercer seu papel de condução de implementação da gestão, com a busca de eficiência. Tenho confiança nas propostas que estão sendo feitas por Noronha. O conselho tem como orientação principal acelerar passos que tenham um senso de urgência.

Valor: Quais urgências?

Trabuco: De fazer adaptação do banco incumbente aos novos momentos de competição com os bancos digitais. Isso para garantir satisfação de clientes, investidores e acionistas. O Bradesco tem economia de escala, massa crítica e presença em todos os segmentos, portfólio e produtos que o torna diferenciado. Esse novo olhar vai ser colocado no calendário de divulgação do plano de negócios em fevereiro.

Valor: Alguma mudança transformacional?

Trabuco: Será na linha que possa aperfeiçoar a gestão e o posicionamento estratégico, mas que ainda está sendo desenhado e será apresentado ao mercado em fevereiro.

Valor: Haverá novas mudanças na diretoria?

Trabuco: Não trabalhamos com dogmas. A busca de pragmatismo e eficiência nas decisões para fazer o que é necessário para organização.

Valor: O discurso do Bradesco é que o banco foi castigado pela inadimplência. O senhor avalia que a gestão anterior cometeu erro de execução?

Trabuco: Temos uma presença muito forte em todas as regiões do país e em todos os rendimentos da pirâmide social brasileira. Evidente que em alguns momentos a taxa de juros sobe de maneira muito acentuada e as curvas de inadimplência acompanharam o encarecimento do crédito pós-pandemia. Tivemos um maior impacto negativo da inadimplência em todas as camadas da população. Agora o banco é lucrativo, tem capacidade de se provisionar e é conservador para absorver esse ciclo de inadimplência que já demonstra sinais de arrefecimento.

"Há uma consciência expandida da necessidade da eficiência fiscal brasileira"

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187763>

Dez Estados e o DF decidem elevar a alíquota de ICMS

MÁRCIA DE CHIARA

Dez Estados brasileiros e o Distrito Federal decidiram aumentar em até 2,5 pontos percentuais a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) este ano. A partir deste mês, seis unidades da federação - Ceará, Paraíba, Pernambuco, Tocantins, Rondônia e Distrito Federal - estão cobrando imposto mais elevado. Outros cinco Estados - Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro, Paraná e Goiás - se preparam para subir o ICMS até abril.

A elevação da alíquota modal do ICMS - aquela que é mais frequentemente usada nas operações estaduais e interestaduais - foi uma reação dos governos sobretudo para preservar a arrecadação futura.

Isso porque, de acordo com projeto original da **reforma tributária** (PEC 45), a fatia dos Estados na divisão do bolo do novo imposto chamado IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) seria baseada na média da arrecadação do ICMS entre 2024 e 2028. O dispositivo, no entanto, foi excluído do texto final da reforma aprovada.

Mesmo assim, a decisão de elevar a alíquota foi mantida. A justificativa foi que o aumento é uma maneira de compensar perdas atuais de receita tributária, depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional aplicar a alíquota máxima do imposto sobre bens e serviços essenciais.

IMPACTO NA INFLAÇÃO. Por ora, o reflexo imediato da decisão dos Estados recai sobre o bolso do consumidor. Ao elevar o ICMS, o preço final das mercadorias automaticamente sobe, pressiona a **inflação** e pode desestimular o consumo, a principal alavanca do crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Nas contas do economista da LCA Consultores Fabio Romão, o impacto do aumento do imposto no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a **inflação** oficial do País, neste ano será de 0,10 ponto percentual.

O economista estima que a **inflação** de 2024 fique em 4,20%. Essa projeção indica **inflação** acima do centro da meta, que é 3%, porém abaixo do teto, de 4,5%. Caso não tivesse essa subida de alíquota de imposto,

a **inflação** projetada estaria em 4,10%.

O estrago do aumento de imposto na **inflação** poderia ser maior se Estados importantes no **IPCA**, como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, não tivessem recuado da decisão de elevar o ICMS. "Se São Paulo tivesse aumentado o ICMS, o IPCA deste ano chegaria a 4,30%", diz Romão. Entre os que vão aumentar o imposto, o Rio de Janeiro é o Estado que mais pesa no IPCA.

Desistência São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul recuaram da decisão de elevar as alíquotas

Site: <https://digital.estadao.com.br/2025>

Saiba qual é a alíquota de ICMS cobrada em cada um dos Estados do País

Dez Estados e o Distrito Federal decidiram pelo reajuste da alíquota do ICMS para 2024 . Assim, o Maranhão é o Estado com o maior Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 2024, de acordo com levantamento do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz).

A alíquota é definida em projetos de leis aprovados nas Assembleias Legislativas dos Estados. De acordo com o levantamento, o ICMS varia de 17% a 22% no País.

Em seguida no ranking está o Piauí , com ICMS atual de 21%. Em terceiro lugar estão Pernambuco e Bahia , com alíquota de 20,5%. Os Estados com menores alíquotas são o Mato Grosso do Sul , Mato Grosso , Santa Catarina , Rio Grande do Sul e Espírito Santo , que aplicam 17%.

Veja abaixo o ranking com o valor do ICMS em cada um dos Estados e Distrito Federal.

O ICMS é um tributo estadual que incide sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços, prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. Com a **reforma tributária**, o imposto será substituído. O Congresso aprovou a unificação de cinco **impostos** sobre consumo, que incidem sobre todos os produtos e serviços: os federais IPI, PIS e Cofins, o estadual ICMS e o municipal ISS.

Eles serão substituídos por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, ou seja, dividido em dois: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS, estadual e municipal). Os dois novos **impostos** terão alíquotas e regras uniformes em todo o País, o que vai acabar com a confusão dos **impostos** diferentes dependendo do local em que cada produto ou serviço é fabricado ou oferecido.

O IVA dual, no entanto, só deverá começar o seu chamado período de teste a partir de 2026 até 2028, e a sua implementação total só ocorrerá em 2033, seguindo um cronograma gradativo.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/saiba-qual-e-a->

[aliquota-de-icms-cobrada-em-cada-um-dos-estados-do-pais,e098c3c8547c3960c9c09b6ff8629679g1b6hz98.html](#)

Farmácias e supermercados já estão fazendo reajuste de preço

MÁRCIA DE CHIARA

A alta do ICMS definida pelos Estados acaba contaminando a **inflação** diretamente, porque o imposto está embutido no preço. "O aumento de preço dos remédios para o consumidor será automático", afirma Sergio Mena Barreto, CEO da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma). Ele frisa que nem indústria nem varejo tem como arcar com esse custo. A entidade reúne as 30 maiores bandeiras do varejo farmacêutico nacional.

Como as farmácias trabalham com estoques enxutos, o executivo observa que todos os medicamentos comprados a partir do dia 1.º de janeiro já estão mais caros nos Estados que elevaram a alíquota.

Os preços dos remédios são regulados e só podem aumentar uma vez por ano. Normalmente, os reajustes em razão de alta de custos ocorrem em março. No entanto, quando há alteração de imposto, a **legislação tributária** prevalece sobre a regra de reajuste do setor.

"É inacreditável num período de **reforma tributária**, que trata da simplificação (dos **impostos**) e melhoria para o cidadão, e depois de a saúde ter sido enquadrada na menor alíquota, com redutor de 60%, que isso esteja acontecendo", diz Barreto. Ele se diz espantado com a decisão de Estados como Maranhão e Rio de Janeiro de cobrarem 22% e 20%, respectivamente, de imposto sobre remédios.

Entre as 11 unidades da federação que decidiram aumentar a alíquota do ICMS este ano, Pernambuco foi o que mais ampliou o ICMS de 2023 para 2024. A alta foi de 2,5 pontos percentuais. Ou seja, a alíquota estava em 18% em 2023 e subiu para 20,5% a partir de 1.º de janeiro. Apesar da alta, o ICMS do Estado é menor do que o de Maranhão (22%) e Piauí (21%).

A Associação Pernambucana de Supermercados (APE) informou que na primeira semana do ano algumas tabelas de preços de produtos já foram atualizadas por causa do ICMS maior. "O repasse é imediato e inevitável", alerta a entidade, em nota. "A cadeia do abastecimento - da indústria ao ponto de venda - foi impactada, e isso fatalmente será repassado ao consumidor", acrescenta a APE.

Estudo feito pela Federação do Comércio do Estado de Pernambuco (Fecomércio-PE) aponta que alimentos, bebidas, artigos de vestuário e calçados serão os itens mais afetados pelo aumento do ICMS.

Nas contas da entidade, com alíquota maior, as vendas de hipermercados, supermercados e de gêneros alimentícios podem recuar 8,4%.

O medo de perder arrecadação com a nova regra de repartição da **reforma tributária** (o que não ocorreu) fez vários Estados se movimentarem para aumentar suas alíquotas antes da alteração.

Outro fator foi a decisão do STF de considerar inconstitucional taxar com uma alíquota máxima, de 25%, produtos e serviços essenciais, como combustíveis, gás natural, transporte coletivo e serviços de comunicação, conforme prevê a Constituição. Segundo o STF, os itens devem ser tributados pela alíquota média do ICMS.

PERDAS. Segundo a Secretaria da Fazenda da Bahia, o aumento de 1,5 ponto da alíquota modal do ICMS do Estado a partir de 7 de fevereiro busca reduzir os efeitos de perdas bilionárias de arrecadação em função de alterações na tributação dos serviços essenciais.

Para o secretário estadual da Fazenda de Pernambuco, Wilson José de Paula, os dois fatores - decisão do STF e critério de repartição do IBS - motivaram o aumento do ICMS em 2,5 pontos no seu Estado. Ele frisa que a nova alíquota do ICMS de Pernambuco não é aleatória e está baseada em estudos, a fim de compensar perda de receitas com bens essenciais.

Já Goiás, que vai aumentar o ICMS de 17% para 19% a partir de abril, informa, por meio de nota da Secretaria de Economia de Goiás, que "vai aguardar a votação da lei complementar para avaliar qual é a alíquota mais adequada, dentro do novo cenário que será estabelecido".

Impacto Vendas nos supermercados podem recuar até 8,4% em Pernambuco, Estado onde a alíquota subiu para 20,5%

Site: <https://digital.estadao.com.br/2025>

"O gasto público é hoje uma preocupação de curto prazo no Brasil"

LUIZ GUILHERME GERBELLI

ENTREVISTA: Marcos Lisboa, Economista, foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda entre 2003 e 2005 e presidente do Insper

O economista Marcos Lisboa avalia que a economia colheu boas notícias em 2023, mas pondera que a área fiscal tem uma "série de desafios" que deixaram de ser um problema de médio prazo e estão se transformando numa questão de curto prazo. "A conta está chegando", diz Lisboa, ex-secretário de Política Econômica e ex-presidente do Insper.

"A preocupação era a médio prazo, mas agora está virando curto prazo. Houve um impulso fiscal muito forte em 2023 e isso está deixando desafios grandes daqui para frente." Uma das grandes preocupações apontadas por ele é que o espaço aberto pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição foi preenchido por gastos que se tornaram permanentes, como aumentos de salários. "Invariavelmente no Brasil, quando se tem uma folga fiscal, por alguma razão, isso acaba virando despesa permanente com salários e aposentadorias.

É um traço brasileiro", afirma. "Os números que estão saindo começam a preocupar bastante. Qual vai ser o tamanho do crescimento do gasto em 2024 e como é que vai se fazer esse ajuste?", questiona.

A seguir, os principais trechos da entrevista ao Estadão.

Qual é sua avaliação sobre o desempenho da economia em 2023?

Houve boas notícias. Houve um cenário internacional que não foi ruim como se esperava.

O mundo tem conseguido reduzir a **inflação** com muito menos custo do que no passado. E tem indícios - eu vou usar a palavra indícios com muita precisão - de que várias reformas feitas nos últimos anos tiveram bons resultados, como a trabalhista, as mudanças no mercado de capitais, o fim da TJLP (Taxa de Juros de Longo prazo, substituída pela TLP), a reforma da Previdência. Houve uma série de mudanças importantes.

Teve todo o saneamento das estatais no governo **Temer**. Eu acho que o governo **Temer** deixou um legado que está gerando resultado.

Por que apenas indícios?

Eu uso o termo indícios porque a gente ainda não tem dados suficientes para testar o peso relativo de cada uma dessas hipóteses. Mas os indícios são de que essas reformas tiveram impacto positivo no mercado de trabalho e na economia. E esse é um aspecto que, às vezes, é pouco enfatizado. O que acontece na economia num determinado ano, em geral, é resultado de muitos anos anteriores.

Da mesma maneira que o primeiro governo Lula colheu muito dos frutos do que foi feito no governo Fernando Henrique, e muitos dos problemas do governo Dilma - não todos, mas uma parte importante deles -, foram construídos no segundo governo Lula.

A gente está colhendo muita coisa dos últimos anos. De novo, eu preciso de mais dados para poder testar exatamente o peso de cada um.

E o que preocupa?

A preocupação era a médio prazo, mas agora está virando curto prazo. A preocupação é que houve um impulso fiscal muito forte em 2023 e isso está deixando desafios grandes daqui para frente. De novo, tem uma defasagem entre a decisão tomada e o seu impacto mais estrutural.

A política fiscal tem uma série de desafios grandes, porque, ao romper com o teto de gastos, você reintroduziu uma série de indexações nas despesas. Já deu problema no ano passado. Só adiaram. O Judiciário brasileiro falou assim: "Vamos deixar a Constituição para valer a partir de 2024".

Mas o problema está aí. Despesas que estão indexadas a receitas correntes voltaram. Isso traz desafios para o crescimento da despesa em 2024. E há um aspecto da política fiscal no Brasil que é muito preocupante.

Invariavelmente, quando se tem uma folga fiscal, por alguma razão, isso acaba virando despesa permanente com salários e aposentadorias. É um

traço brasileiro. E depois, não consegue fazer o ajuste, porque não pode cortar essas despesas.

Isso ocorreu novamente?

A gente está vendo toda a dificuldade que vários Estados e municípios estão tendo agora. É uma encrenca contratada. Na hora que você teve folga fiscal, não virou investimento, não virou melhora relevante em saneamento, em indicadores de escolaridade, em estradas. Virou, em grande medida, nos governos locais, aumento de salários e aposentadorias.

Agora, a conta está chegando.

E aí os municípios viram para o governo e dizem que não podem pagar essa conta. É um desafio forte para 2024. As projeções de variação da dívida são preocupantes. O Brasil está destoando de outros países, inclusive da América Latina.

Há uma visão de que tem um governo do PT, mas um Congresso conservador, e isso criaria um equilíbrio. Qual a avaliação do senhor?

Eu discordo. Eu acho que tem tanto um governo quanto um Congresso com uma agenda de despesas, em muitos casos, com demandas paroquiais, e uma disputa para onde vai o recurso.

Não é que tem um contraponto.

Estamos vendo todo o problema das emendas parlamentares e uma série de gastos que estão sendo feitos e que vão ficando permanentes. Isso sinaliza um cenário mais difícil para a macroeconomia em 2024. O Brasil não é um país de juros reais altos à toa. Tem um desafio aí. Um outro ponto que me preocupa é que começou a ter, nos últimos anos, uma volta dessa agenda de distorções microeconômicas.

Uma série de medidas foi aprovada nos dois últimos anos do governo anterior e agora elas vão criando distorções no ambiente de negócio.

Isso prejudica a produtividade e o crescimento.

"A política fiscal tem uma série de desafios grandes, porque, ao romper com o teto de gastos, se reintroduziu uma série de indexações nas despesas. Já deu problema no ano passado e só adiaram a solução"

Site: <https://digital.estadao.com.br/2025>

Índice de commodities cai 12,3% e ajuda inflação

Estevão Taiar De Brasília

O preço das commodities com impacto sobre a **inflação** no Brasil terminou 2023 no menor nível em quase 2,5 anos. É o que mostram números extraídos da série histórica do Índice de Commodities Brasil (IC - Br).

Ao todo, o IC-Br recuou 12,28% em 2023, caindo para o menor patamar desde julho de 2021. O índice leva em conta o preço internacional dos produtos básicos e o câmbio no Brasil.

O resultado foi influenciado principalmente pelas commodities agropecuárias: carne de boi, carne de porco, algodão, óleo de soja, trigo, açúcar, milho, arroz, café, suco de laranja e cacau. O preço desses produtos recuou 4,88% no ano passado, alcançando o menor nível desde setembro de 2021.

No Relatório Trimestral de **Inflação** (RTI) de dezembro, o BC já destacava que até novembro o preço dos itens básicos agropecuários tinha caído 4,9%, "com contribuição relevante dos recuos no boi gordo, óleo de soja e açúcar". Por outro lado, o preço do suco de laranja seguiu em alta. A avaliação era que "a guerra entre Rússia e Ucrânia, bem como a evolução do fenômeno climático El Niño, seguíam como riscos para a oferta de commodities agropecuárias. Já as energéticas (petróleo Brent, gás natural e carvão) terminaram 2023 no menor nível desde maio de 2022. "Permanecem incertezas relevantes em relação ao preço do petróleo, principalmente em função das decisões de oferta do produto no âmbito da Opep+", disse o BC na ocasião.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187763>

"Brasil é forte candidato a receber fluxo de capital estrangeiro"

Adriana Cotias De São Paulo

Em meio ao nó geopolítico, o Brasil é forte candidato a receber fluxo de recursos estrangeiros e tem a seu favor bons fundamentos no setor externo, inflação controlada e juros para baixo. Segundo Luis Stuhlberger, executivo-chefe e de investimentos (CEO e CIO) da Verde Asset, à frente de um dos multimercados mais antigos e respeitados do mercado brasileiro, o país é um potencial destino com a redução do capital para outras economias emergentes.

"O Brasil não tem grandes inimigos.

Claro que o mais beneficiado é o México, tem alguns da América Central, como a Costa Rica, que está produzindo chips para os Estados Unidos, mas o Brasil também é um grande beneficiado do fato de a China receber menos investimentos.

Para aquela montanha de capital que vai para a China, se um pedacinho daquilo vier para cá já é muito", diz.

Para o gestor, o **PIB** pode surpreender marginalmente e ficar acima de 2%. Mas como nem tudo é perfeito, o "Brasil sempre vai estar flertando com o abismo na parte fiscal". "Mas eu acredito que esse problema vá se manifestar mais em 2025 e 2026", diz. Se a taxa de juros nos Estados Unidos terminar o ano em 4%, a Selic poderia chegar a algo entre 8,5% e 9% ao ano.

A seguir, trechos editados da conversa feita com o Valor, na sede da Verde Asset, em São Paulo.

Valor: O ano de 2023 foi difícil para o setor de gestão de recursos e para os multimercados em particular.

O que esperar para 2024?

Luis Stuhlberger: Nunca parto do princípio de que tenha ano fácil no capitalismo, porque cada ano é outro ano, tem seus desafios.

Essas coisas do ciclo econômico, não acho que tenha ano fácil e difícil, o ciclo econômico está aí para ser analisado. O que a gente não controla são eleições, porque são "game changer" [algo que muda o jogo], e a geopolítica.

Agora há, particularmente, um cenário muito complexo

de geopolítica, com várias frentes de risco no horizonte. Outra coisa que você não controla, mas que vai ficar cada vez mais difícil, são desastres naturais. Com o "global warming" [aquecimento global], a quantidade possível de desastres naturais aumenta. A gente consegue lidar bem com o que é econômico. O que é político, o que é geopolítico e o que é desastre natural é muito mais difícil.

No ano passado, o problema de gestão de patrimônio, da decepção, foi mais ligado à interpretação da economia. Principalmente por conta da resiliência da economia americana, que desafiou qualquer modelo. Depois, teve assuntos como [a quebra do] Silicon Valley Bank, que supostamente seria um game changer que acabou não sendo. O desafio do desconhecido, todo evento geopolítico está ligado a uma tentativa, e nisso eu concordo com o Ray Dalio [fundador da Bridgewater], que fala muito sobre o suposto declínio do império americano. Então tem três frentes de risco. O primeiro é o que chama de Estados Unidos versus "itself", que é o debate fratricida entre republicanos e democratas que vai ter nessa eleição.

O segundo é o desafio militar dos Estados Unidos de ter guerras longe, como o xerife do mundo, tal como no Oriente Médio, na Ucrânia, o Irã, a Coreia do Norte e a China. Se juntar tudo isso, existe um desafio. Os Estados Unidos, que são a reserva de moeda do mundo, com um fiscal horroroso.

Valor: Perante outros emergentes, o Brasil pode ser beneficiado por fluxo estrangeiro?

Stuhlberger: O país tem um tremendo benefício no geopolítico, o Brasil não tem grandes inimigos.

Claro que o mais beneficiado é o México, tem alguns da América Central, como a Costa Rica, que está produzindo chips para os Estados Unidos, mas o Brasil também é um grande beneficiado do fato de a China receber menos investimentos. Para aquela montanha de capital que vai para a China, se um pedacinho daquilo vier para cá já é muito.

E está vindo o capital, o Brasil vai estar muito bem nesse campo.

Eu acho que o país também vai se beneficiar de ter uma inflação mais baixa e juros mais baixos, um

agribusiness continuando bem. O **PIB** pode surpreender marginalmente para cima, ser um pouco mais que 2%.

Valor: Onde estão os riscos?

Stuhlberger: Como nem tudo é perfeito, o Brasil sempre vai estar flertando com o abismo nessa parte fiscal. Mas eu acredito que esse problema vá se manifestar mais em 2025 e 2026. Eu ainda acho que 2024 é um ano em que o país vai estar relativamente OK. Alguma coisa desse pacote natalino que o [ministro da Fazenda, Fernando] Haddad aprovou, com algum entendimento com o Congresso, que é possível melhorar um pouco a arrecadação.

O governo tem uma carta na manga que não está sendo dita, mas que parte disso seria possível, que é reinstalar a Cide [Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico] sobre os combustíveis, que foi tirada no governo Bolsonaro. Não tem cabimento um setor poluidor ter um benefício tributário, todos os países do mundo têm algum tipo de imposto.

Isso foi uma medida eleitoral do [ex-presidente Jair] Bolsonaro e que o Lula reluta em colocar de volta. Acredito que o Haddad consiga algo nesse sentido, que a lógica prevaleça e termine o ano com déficit fiscal de, no máximo, 0,5% do **PIB**, embora as previsões de mercado ainda estejam por volta de -1%. No geral, eu tenho uma visão otimista até aqui.

Valor: E recessão americana, o mundo ainda corre esse risco, sobretudo num ano eleitoral nos EUA?

Stuhlberger: Primeiro me deixe fazer um "disclaimer": não houve uma única vez na história americana que, com uma alta de juros tão forte, não acabasse numa recessão, ainda que tardiamente. A de 2008 estava sendo anunciada desde 2005, 2006 e demorou dois anos para acontecer. Dito isso, não tem uma alavancagem no setor de "real state" [imobiliário], nem um décimo parecida com o que era na época.

Tem um problema de "commercial real state", mas o residencial está muito sólido. É difícil saber onde, não consigo dar uma razão para que isso vá acontecer. Ainda bem que estamos num mundo de pleno emprego. Isso não é só nos Estados Unidos. O dinheiro que foi distribuído para as famílias na [pandemia de] covid não acabou. Acredito que acabe no fim deste ano, ainda há "savings" [poupança], então, provavelmente, em algum momento vai ter uma desaceleração no **PIB**. Se tiver recessão, vai ser leve. E como apesar de os Estados Unidos ainda gerarem empregos, a **inflação** está convergindo, provavelmente se chega ao "soft landing" [pouso suave] e o Fed [Federal Reserve, banco central

americano] já fez o "pivô"[virada] dele, estão previstos cortes para este ano. O fato de ter eleição significa que, embora o banco central seja independente, a gente imagina que vai haver cortes de juros e isso vai mitigar a diminuição do emprego. Apesar de 100% das vezes ter ocorrido algum problema sério depois de altas tão grandes [de juros], desta vez parece não ser o caso e haverá um pouso suave.

Valor: E no Brasil, com essa **inflação** mais controlada, que corte de juros o BC vai conseguir calibrar? E o que isso vai representar para a movimentação de capitais?

Stuhlberger: Se a taxa de juros terminar este ano a 4% nos EUA, é difícil imaginar que aqui tenha uma taxa que não seja de 4,5 a 5 pontos maior que os "Fed funds".

Do lado otimista, a gente poderia chegar a algo entre 8,5% e 9%. Se você imaginar que a nova taxa de juro real de equilíbrio nos Estados Unidos será maior do que a que se viu de 2008 até 2021, que em vez de ser 2,5%, seria alguma coisa como 3,5% a taxa neutra, temos que pensar aqui numa Selic de 8%, 8,5%, mas isso talvez em 2025, não em 2024. Isso claramente movimenta mais o mercado de capitais, todos os segmentos vão crescer e se beneficiar de um juro mais baixo.

Valor: E qual a sua expectativa para o câmbio?

Stuhlberger: É interessante o desafio do câmbio. Nosso banco central tem muito medo de que, quando o juro real e nominal cai muito abaixo de um certo nível, se é 7% ou 6%, com 4% real... Se pensar em 4% de real como **inflação**, você fala em 8% nominal.

Abaixo disso, o BC tem medo de que pode ter uma não linearidade no câmbio, que é algo que ocorreu outras vezes. Uma hora o país devia se livrar desse mantra, teria que testar por um tempo um juro real de 4% para em algum momento no futuro ver se é viável ter juros menores. Mas o cenário inflacionário é muito benigno.

Valor: Com isso, dá para capturar ganhos em juro nominal?

Stuhlberger: Por que o juro nominal longo aqui é sempre alto?

Tem modelo para isso, em função da taxa de juros de dez anos americana, do risco Brasil etc. Esse modelo hoje mostra um número até um pouco mais alto do que o mercado negocia, que é 10,5%. O nosso modelo mostra algo perto de 11,5%. Mas é difícil ir muito mais para baixo disso, enquanto tem uma questão fiscal

não resolvida.

O Brasil é um país emergente que gasta 37% do **PIB**, isso só de despesa primária, se juntar juro, acaba indo para quase 40% do **PIB**. Sendo que o Brasil hoje é quase um dos maiores "welfare states" [Estados de bem-estar social] do mundo, tem 105 milhões de pessoas que recebem um cheque do governo todo mês. Enquanto não equacionar as contas públicas de uma maneira razoável, dificilmente o pré longo cai muito do nível atual. Claro que se o 10-Year [título soberano de dez anos] americano, que tem uma correlação forte, cair dos 4% que estão hoje para 3%, aí talvez o nosso juro longo possa ir para um dígito.

Mas olhando o 10-Year a 4%, não acho que a gente vá ver esse juro menor que 10%. Tem um espaço para ganho de capital, mas não é grande. Onde vai ter ganho no pré longo é no "carry" [carrego], porque a hora que o juro chegar para 8,5%, 9%, e tiver um juro longo de 10,5%, 11%, tem um carry positivo, hoje ainda é negativo. Se no curto prazo você fala que dá para trabalhar 4% acima dos Fed funds, no longo prazo, é mais para 6% acima do "10-year Treasury", porque tem o nosso risco fiscal de longo prazo, ele não é capturado inteiro na Selic, mas no juro longo é.

Valor: Quanto o setor externo pode ajudar?

Stuhlberger: De longe, o melhor fundamento é o câmbio, que, de certa forma, mitiga o fiscal ruim ou perigoso. O fundamento de câmbio é maravilhosamente bom. A balança comercial subiu de US\$ 50 para US\$ 100 bilhões em dois anos.

Vai subir mais, vai ter [exportação do petróleo do] pré-sal. O déficit em conta corrente, se pegar o último trimestre, está praticamente zero, não vai ser zero, mas pode ser 0,5%. Essa é uma área em que o Brasil não para de crescer, em exportação de commodities de tudo que é tipo: petróleo, minério de ferro, carne, soja, milho, açúcar. A balança comercial está boa, a conta corrente, não porque o Brasil entrou numa crise e as importações desabaram.

As importações estão normais.

O que está indo bem são a exportação e o FDI [investimento estrangeiro direto]. É razoável para a bolsa, para projetos da economia real, infraestrutura, tem muito interesse em privatizações.

-

"De longe, o melhor fundamento é o câmbio, que, de certa forma, mitiga o fiscal ruim"

"Se tiver recessão nos EUA, vai ser leve; Apesar de

gerar empregos, a inflação está convergindo"

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187763>

Inflação do País fecha 2023 com alta acumulada de 4,62%

A **inflação** do País foi de 0,56% em dezembro. Com isso, o IPCA fechou 2023 com alta acumulada de 4,62%. A meta da **inflação** determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) era de 3,25%, porém com tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, ou seja, entre 1,75% e 4,75%. Os dados são do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em dezembro, todos os nove grupos de produtos e serviços analisados pela pesquisa registraram alta. A maior veio de alimentação e bebidas (1,11%), grupo que acelerou em relação ao mês anterior (0,63%) e exerceu o maior impacto sobre o resultado geral (0,23 ponto percentual). Com o aumento nos preços da batata-inglesa (19,09%), do feijão--carioca (13,79%), do arroz (5,81%) e das frutas (3,37%), a alimentação no domicílio subiu 1,34%. Por outro lado, o preço do leite longa vida baixou pelo sétimo mês seguido (-1,26%).

"O aumento da temperatura e o maior volume de chuvas em diversas regiões do país influenciaram a produção dos alimentos, principalmente dos in natura, como os tubérculos, hortaliças e frutas, que são mais sensíveis a essas variações climáticas", explicou o gerente do IPCA, André Almeida.

"No caso do arroz, que registrou alta pelo quinto mês seguido, a produção foi impactada pelo clima desfavorável", disse o pesquisador. "Já a alta do feijão tem relação com a redução da área plantada, o clima adverso e o aumento do custo de fertilizantes", completou.

No mesmo período, a alimentação fora do domicílio (0,53%) acelerou frente ao mês anterior (0,32%), com as altas do lanche (0,74%) e da refeição (0,48%). Esses dois itens também tiveram aumento na comparação com novembro. (ABr)

Gasolina influencia No grupo dos transportes (0,48%), o segundo que mais contribuiu para o índice geral 0,10 pontos percentuais (p.p.), as passagens aéreas (8,87%) continuaram subindo.

Dezembro foi o quarto mês seguido com variações positivas desse subitem, que representou o maior impacto individual sobre a **inflação** do país (0,08 p.p.).

Por outro lado, todos os combustíveis pesquisados (-0,50%) tiveram deflação: óleo diesel (-1,96%), etanol (-1,24%), gasolina (-0,34%) e gás veicular (-0,21%).

"Pelo fato de a gasolina ser o subitem de maior peso entre os 377 pesquisados pelo IPCA, com essa queda, ela segurou o resultado no índice do mês", ressaltou André. Em dezembro, os preços desse combustível caíram pelo terceiro mês consecutivo.

Já em habitação (0,34%), que desacelerou na comparação com novembro (0,48%), os destaques foram as altas da energia elétrica residencial (0,54%), da taxa de água e esgoto (0,85%) e do gás encanado (1,25%).

Site: <https://digital.jornalnh.com.br>

O que a Selic tem a ver com nosso dia a dia?

ALEXANDRE NASCIMENTO

A taxa básica de juros, a Selic, tem influência direta na vida dos brasileiros de várias formas. É a partir dela que os bancos definem suas taxas de empréstimos e de financiamentos (como o imobiliário e o de veículos) para seus clientes. Quando o Banco Central reduz a Selic, os bancos cobram menos juros dos correntistas. Com valor menor das parcelas de empréstimos, acaba sobrando mais dinheiro para gastos no supermercado, no sacolão e na farmácia, por exemplo.

Por outro lado, quando a Selic sobe, os juros bancários acompanham essa alta. Assim, fica mais caro pegar dinheiro emprestado. Nesse cenário, pessoas e empresas acabam adiando planos, como comprar um imóvel ou colocarem prática uma expansão.

Mas por que o Banco Central aumenta a taxa básica de juros? Isso ocorre quando a economia está muito aquecida e a alta demanda por produtos e serviços no país faz os preços subirem e a **inflação** disparar.

Para tentar controlar os preços, o BC aumenta os juros e reduz o apetite de pessoas e empresas por empréstimos e financiamentos. Com menos dinheiro em circulação, o consumo cai. Sem consumo, a produção diminui, as empresas demitem mais e a economia desaquece - é uma busca do BC por equilíbrio econômico.

Outro impacto da Selic é nos investimentos: quanto maior a taxa de juros, maior o rendimento das aplicações de renda fixa. Nesse cenário, mais pessoas tiram dinheiro da poupança ou da renda variável (ações, por exemplo) e investem em outros títulos.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>